SONDAGEM DE APTIDÕES: NECESSIDADE OU SOFISTICAÇÃO?

* Coronel Euro Magalhães

"Tais destacamentos organizavam-se à base de homens de provada valentia, muitos deles antigos criminosos também. Jagunço temível — se capturado com vida e revelador de astúcia e sangue frio capazes de causar admiração aos comandantes — o cujo sentava praça, recebia farda, armamento e montaria: (. . .). Até bonita carreira esses regenerados delinqüentes logravam fazer, (. . .)."⁽¹⁾

Mário Palmério, em seu romance intitulado *Chapadão do Bugre*, descreve de forma magistral as façanhas do Capitão Eucaristo Rosa e do seu 2.^o Destacamento de Capturas da Polícia Militar. Trata-se, é claro, do trabalho de um ficcionista, mas não nos esqueçamos de que a ficção é eterna tributária da realidade. O próprio Palmério esclareceu em entrevista jornalística que seu romance foi baseado em fatos e personagens reais.⁽²⁾ Assim sendo é, no mínimo, interessante a passagem citada, na qual ele descreve o recrutamento dos soldados da Polícia Militar de Minas Gerais, há não muito tempo. Aquele era o perfil psicossociológico em que valentia e maus antecedentes eram não só compatíveis com a profissão, mas, em verdade, pré-requisitos.

A situação mudou bastante daqueles tempos aos nossos dias. Se o ambiente em que a nossa Polícia Militar está inserida melhorou em termos tecnológicos e culturais, a Corporação também realizou avanços no esforço de se manter viva. Há uma preocupação considerável no sentido de melhorar a qualidade da prestação de serviços, e um dos fatores trabalhados com afinco é o do recrutamento, seleção e formação. Todavia, quer nos parecer que algo ainda resta a ser feito, e com a urgência possível.

Há uma velha cantilena: "do homem certo no lugar certo", que ouvimos tantas e tantas vezes, ora como afirmativa de alguns que, qual descobridores da pedra filosofal, a empunham e arremessam contra todos os obstáculos ao bom desempenho da organização, ora como angustiante dúvida, gerada por reflexões honestas de outros que se preocupam com o melhor aproveitamento possível do homem e do seu trabalho.

Ao abordarmos este tema, é necessário que seja ressaltado, logo de início, que não será apresentada a solução definitiva para os problemas gerados pela inadaptação

(*) Euro Magalhães é Coronel da PMMG, graduado em Ciências Sociais, licenciatura plena em História e Curso de Especialização em Técnica de Ensino. É atualmente Chefe da PM/3 da PMMG.

ao tipo de trabalho na Polícia Militar. Tão somente, estaremos levantando a poeira que se acumula sobre um assunto, a respeito do qual ainda devemos muito pensar e experimentar.

Voltando aos dizeres do início, temos ali uma descrição pouco lisonjeira de nosso ancestral próximo, em termos profissionais. Outra perspectiva iremos encontrar no trabalho de Morris Janowitz, intitulado "O Soldado Profissional", esta sim, obra com todos os cuidados e cautelas exigidas pela ciência. Lá, o autor privilegia o problema quando afirma que "a seleção de uma carreira militar, como de qualquer outra, representa a interação de oportunidade mais um complexo de fatores sociais e de personalidade."⁽³⁾ Tratava ele, no seu escrito, do militar de um modo geral, e a perspectiva era do jovem colocado diante da questão: qual profissão irei escolher?

Reduzida a amplitude, podemos afirmar em consonância com Janowitz, que o policial-militar deve ser imaginado como um indivíduo conjuntural, relativamente vocacionado, sobretudo nas graduações inferiores, que abraçou a profissão mais em função do emprego público que lhe é intrínseco. A sazonalidade do recrutamento de soldados, à falta de qualquer estudo mais consistente, é a base de nosso argumento. Todos nós que, de alguma forma, nos envolvemos com o recrutamento, já sabemos que a procura dos quartéis aumenta de forma inversa ao desempenho da economia. Assim, as crises econômicas globais ou regionais, e o conseqüente desemprego, são benéficos ao recrutamento, quando nada pelo fato de aumentar o universo de candidatos a serem selecionados.

Mas, como dissemos, por ser um indivíduo conjuntural, inserido na sociedade brasileira, vive ele um complexo de satisfações e frustrações, de afirmações e negações, de ansiedades e de realizações, tudo muito razoável em uma cultura onde o traço marcante é o espírito de competição, em que a emulação é sacralizada e onde não existem vencidos nem vencedores, mas, eternos competidores.

Em se tratando de profissão, a escolhida pelo policial-militar apresenta características bem peculiares. Nela, a essência é a intervenção em crises provocadas por semelhantes seus que, de início, não acreditam em outra razão que não a sua e que nunca se mostram predispostos a aceitar a intervenção de quem quer que seja, desde que estejam com maiores possibilidades de êxito.

O policial-militar típico é um profissional de decisões, as quais, adotadas no ardor de discussões e dentro de limites de tempo e de espaço, vão ser julgadas friamente ou por um público distante, consumidor de notícias veiculadas por uma imprensa que nem sempre se preocupa com a verdade, ou, então, por autoridades que se informam e decidem pelo que existe nos processos. Carrega ele consigo a difícil atribuição de, a cada instante, ser enérgico e calmo, popular e respeitado, delicado e forte. Por tudo isto é que o policial-militar deve ser sobretudo um homem de equilíbrio.

Para que ele obtenha o equilíbrio psíquico desejado pela organização, necessário se torna que ele, além de instruído, conscientizado e formado, esteja exercendo aquela atividade mais compatível com o seu temperamento e sua aptidão pessoal. No âmbito da Polícia Militar, poderemos estar envolvidos em atividades que impliquem em montar, nadar, mergulhar, combater incêndios, dirigir veículos, orientar e fiscalizar o trânsito, guarnecer presídios, atuar nos distúrbios civis, atuar em pequenas povoações, etc. Obviamente que seria pretender o impossível, se estabelecêssemos que todo integrante da Corporação fosse obrigado a desempenhar, com equilíbrio, todas as

atividades citadas. Poderia o policial-militar, imbuído da responsabilidade imposta pela disciplina, cumprir, da melhor maneira possível, a ordem dada, mas entre este comportamento e o exato cumprimento da missão policial, em que nem sempre é possível o estabelecimento de ordem antecipada, há uma considerável distância.

Verifica-se, por outro ângulo, que as atividades citadas podem ser organizadas pela predominância do tipo de exigência que fazem. Podem exigir maior capacidade física, maior tolerância, maior agressividade, maior urbanidade ou adaptação ao meio rural. Isto posto, é razoável estabelecer, por exemplo, que ao soldado-bombeiro se exija maior capacidade física do que adaptação ao meio rural. Pode-se afirmar, ainda, que o exigido de tolerância para o soldado que fiscaliza o trânsito deve ser exigido de intolerância ao que guarnece presídios, pois tanto este é sujeito ao nefasto envolvimento emocional com o infortúnio dos que têm por obrigação manter reclusos, como aquele é obrigado a orientar e reorientar indivíduos que não lhe oferecem em atenção o que lhe exigem em educação. A agressividade que deve ter em si o soldado do radiopatrulhamento, principalmente nas grandes cidades, que não se intimida perante situações adversas, que luta, troca tiros e persegue, não pode ser exigida do que guarnece logradouros públicos, cuja presença é mais preventiva e mais polidos os seus contatos. Entre os integrantes da Polícia Militar, existem os que gostam de natação, assim como existem os que, deliberadamente, não gostam. São até capazes de praticar tais atividades, mas não se sentem realizados no exercício delas. Ora, ocorre ainda que a classificação do nosso homem se faz segundo dois princípios:⁽⁴⁾ em primeiro lugar, o do atendimento à necessidade do serviço e, em segundo, o do atendimento ao interesse particular do indivíduo.

Em nossa experiência, temos visto que o Comandante raramente decide aquilando as características do serviço e o temperamento do indivíduo. Também, se o interesse do indivíduo é plausível de manifestação, o seu temperamento nem sempre é perceptível e, quando percebido, raras vezes chega ao conhecimento de quem decide. As decisões são feitas quase sempre para atender à necessidade do serviço; destinando-se o indivíduo disponível àquela atividade mais carente de efetivo.

De sua parte, o próprio homem carrega em si a contradição de adaptar o seu serviço às suas necessidades mais imediatas, descuidando de suas inclinações. Necessária se torna, portanto, a pesquisa sistemática quanto à capacidade de o policial-militar adaptar-se ao trabalho que vai realizar.

A Polícia Militar, seja pelo efetivo que comporta e pela tendência natural ao aumento, seja pelo número, diversidade e complexidade das atividades que executa, já se torna carente desta base científica que ajuda na solução do problema inerente ao ótimo aproveitamento de sua força de trabalho. Assim, o velho problema do Comandante de unidade, que ao término do CFSD se preocupa em aproveitar da melhor forma possível seus novos soldados, estará solucionado ou pelo menos mais facilmente equacionado, dependendo do "olho clínico" de selecionador de homens. Ocorrerá, então, o que lembra Raymonde E. Clift., quando diz que: "La clasificación en el servicio policíaco es semejante a la especialización y, al igual que la especialización, produce resultados satisfactorios cuando se le aplica en forma inteligente. Entonces es un verdadero instrumento de administración policíaca y el público sale ganando."⁽⁵⁾

Concluindo, é notório que o recrutamento já não é feito mais como nos tempos do "Capitão Eucaristo Rosa", onde eram importantes a astúcia e o sangue-frio. Mas

se esta primeira fase, o recrutamento, acha-se bem avançada, a que lhe complementa, e que é a classificação, ainda fica situada em tempos de antanho. E o público é quem sai perdendo.

NOTAS

1. PALMÉRIO, Mário. **Chapadão do Bugre**. R.J., Melhoramentos, 1.982. 10 ed. p. 201.
2. Na publicação "O Papiro", do centro de Estudos Históricos da Faculdade de Filosofia de Passos, número do 1.º Trimestre 73, há um trabalho de autoria de Alvimar Costa, intitulado "Nas Fontes do Chapadão". Ali está demonstrado que Palmério "colou" personagens e fatos reais, dando-lhes tratamento literário. O Cap. Eucaristo Rosa da ficção, em verdade, é o Alferes Isidoro. Alvimar Costa deixou dúvidas quanto ao sobrenome do dito Alferes, mas trata-se do mesmo que é citado como delegado em São Sebastião do Paraíso, em 1909, por Antônio Paiva Moura em seu livro "História da Violência em Minas Gerais."
3. JANOWITZ, Morris. **O Soldado Profissional**. R.J., Edição GRD, 1967, p. 106.
4. Não consideramos a movimentação por razão disciplinar, pois a mesma ocorre em caráter excepcional.
5. CLIFT, Raymond E. **Como razona la Polícia Moderna**. México, Editorial Letras, 1964, p. 68.